

Em via de difamações: um estudo sobre os limites simbólicos construídos sobre uma rua de Florianópolis

*Marilange Nonnenmacher**

Este trabalho¹ procura refletir sobre a instituição de limites subjetivos no espaço da Rua Conselheiro Mafra, localizada no centro histórico de Florianópolis, em razão da prática do comércio sexual em pensões e hotéis localizados em determinados segmentos da rua. De acordo com narrativas que remontam à década de 70, parcelas da população, sob o receio de colocarem-se “em vias de difamação”, ao percorrerem esses espaços, buscavam alternativas para “contorná-los”, promovendo uma segregação espacial e uma estigmatização do lugar dentro da dimensão urbana. Nesse sentido, busca-se visibilizar táticas refugiadas nas ações cotidianas dos habitantes, comerciantes e freqüentadores, para esquivarem-se dos trechos considerados amorais e perniciosos por manterem estabelecimentos que abrigavam a prática dos “amores ilícitos”. Assim, tendo-se em vista as especificidades da prática de prostituição nesse espaço, e que uma análise não poderia desconsiderar dados relacionados às redes sociais e familiares do cotidiano das trabalhadoras do sexo, homogeneizando-as dentro do grupo das “eternas

* Doutoranda em História - UFSC, bolsista CNPq.

prostitutas”², o comércio sexual será visualizado neste momento apenas como um instrumento para avistar algumas delimitações espaciais, sociais e culturais impostas a determinados grupos da população.

Para tanto – considerando-se que a concentração de um costume ou de atividades especiais numa rua pode conceder-lhe um lugar predominante na memória de um grupo, como lembra Ecléa Bosi ao fazer referências sobre a memória coletiva³ – a análise deste espaço de experiências humanas usará, primordialmente, a narrativa de antigos moradores, trabalhadores e freqüentadores para “deslizar nos limites invisíveis que separam o lado – considerado – barra-pesada de uma rua, do lado respeitável”⁴. Contudo, toda memória é essencialmente uma “reconstrução” do passado que cumpre um papel fundamental na forma como os diferentes grupos sociais percebem o mundo atual, momento que consiste de escolhas, de seleção de imagens e de fragmentos. Salienta-se, então, que “é o indivíduo que recorda, ele é o memorizador, e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são para ele, e somente para ele, representativos dentro de um tesouro comum à sociedade”⁵. Além do que, nem sempre o conteúdo recordado aflora com o mesmo teor, pois a memória recebe influências da vida social. Assim, novos sentidos são atribuídos, modificando a condição da base evocada⁶. Desse modo, as idiossincrasias da narrativa oral agregam, ampliam, re-organizam os acontecimentos do passado, conforme sua representatividade presente.

Dessa maneira, diante da “polifonia” do espaço em questão e das características seletivas da memória, dar-se-á evidência àquelas atividades que, segundo as narrativas, causavam desconforto para alguns grupos da sociedade. A Rua Conselheiro Mafra serviu de porta de entrada da cidade portuária e “sedimentou” uma gama de atividades populares ligadas ao comércio e que marcaram sua feição. Somou-se a essas a presença da prostituição. A atividade remonta aos primórdios da colonização numa forte inteiração com o movimento portuário. A condenação social do exercício do comércio sexual constitui-se na década de 70 *num dos tijolos* utilizados para levantar barricadas e demarcar a rua dentro de limites simbó-

licos – já que não existia uma rígida separação geográfica entre o universo da prostituição e o mundo da dita “respeitabilidade”⁷. Comumente, as vias públicas são ambientes propícios para o “exame perpétuo”, sob o qual muitas vezes as pessoas se entregam à tirania do olhar e onde se desenham relações de permuta que excepcionalmente resultam “efetivamente” em trocas afetivas. No entanto, na rua, de modo geral, encontra-se também “o prazer da sedução”⁸, e nessa direção “a exígua Conselheiro Mafra é quase uma rua chamada pecado”⁹, conforme as palavras do jornalista Saint-Clair Monteiro em 1975, em vista das características que compõem seu cenário e sua história. Tais peculiaridades inculcaram no imaginário social da cidade que a Rua Conselheiro Mafra é um espaço do urbano detentor de práticas – dentro dos padrões morais da sociedade capitalista e burguesa – desviantes do comportamento.

Situada do lado oeste da praça XV de Novembro, a Rua Conselheiro Mafra desponta nos primeiros esboços que deram origem à malha urbana da antiga Desterro. Primeiramente, o caminho que partia da praça XV de Novembro, no sentido paralelo ao porto e que seguia até a região denominada Figueira, chamou-se Rua do Príncipe. Segundo Oswaldo Rodrigues Cabral, não se sabia a qual príncipe especificamente cabia a homenagem, pois

[...] vereadores de Desterro, muitos deles assinando de cruz, eram bastante espertos. Rua do Príncipe serviria a qualquer um que por aqui passasse, a quem poderiam atribuir a homenagem. Um nome adiante do título e cem outros estariam afastados¹⁰.

Mas em 1889, com a Proclamação da República, nomes de muitas ruas que homenageavam a família real foram substituídos por nomes de republicanos e revolucionários. Dessa maneira, seguindo as determinações da época, a Rua do Príncipe, por centralizar o comércio de tecidos e outras mercadorias, passou a chamar-se Rua do Comércio. Em 1900 alterou-se para Altino Corrêa, mas a população continuava a chamá-la de Rua do Comércio. Finalmente, em 1910¹¹, em homenagem ao advogado e político Manoel da Silva Mafra, pelo papel que desempenhou na questão dos limites

contestados entre Santa Catarina e Paraná, passou a chamar-se Rua Conselheiro Mafra.

João do Rio, ao escrever sobre as ruas do Rio de Janeiro, diz que “as ruas da proximidade do mar são ruas viajadas com a visão de outros horizontes”¹². De fato, avizinhar-se com o cais do porto possibilitou a Conselheiro Mafra conhecer histórias que nenhuma outra rua verificou, o que lhe conferiu um estilo, um tipo, uma “alma”. Tal vizinhança lhe imprimiu características singulares. Agências de navegação, estaleiros, comércios de importação e exportação estabeleceram-se nas imediações, empregando grande número de pessoas e adensando a movimentação local. Esse particularismo conduz a outros: lugar de sociabilidade, entreposto de sobrevivência, território entre a cidade e o mar que abriga grupos da população que subsistiam da intensa circulação de pessoas e de produtos e informações que faziam parte da rotina do cais.

Pelo porto circulavam pessoas procedentes de diferentes lugares com costumes distintos. Aportavam junto com os viajantes, as notícias, os medicamentos, as modas, os mexericos. Desembarcavam os mais variados utensílios, desde os alimentos importados até as novidades da literatura. Por isso sobrevinha um certo ajuntamento festivo, causado pelos bares, pensões e hotéis que se aglomeravam na região, inclusive na Rua Conselheiro Mafra, e que ofereciam hospedagem e entretenimento para os recém-chegados. Nessa paisagem inquieta, entre as muitas atividades ali desenvolvidas, mantinha-se então a do comércio sexual. E diante das intempéries urbanas que alteraram o desenho da cidade, como a desativação do porto em 1964 e a construção do Aterro da Baía Sul em 1974, a prática de prostituição sobreviveu nas imediações¹³, mas com caráter variável e também sob as contestações por parte da comunidade local.

Diante da multiplicidade de personagens e de atividades que coexistiam nesse espaço de ares provincianos, eram constantes as desavenças: o convívio nem sempre se deu de maneira pacífica entre as famílias, os negociantes, a animação das pensões, o alvoroço e bebedeira nos bares e os contatos aliantes nas ruas. Na perspectiva de comerciantes antigos da região, até a década de 70 firmara-

se uma espécie de convenção tácita entre os envolvidos na trama social com intuito de dispersar a atmosfera imoral que, para alguns, pairava sobre a rua em função dos serviços oferecidos em determinados estabelecimentos comerciais. As “prescrições” que normatizavam condutas nunca foram redigidas ou anunciadas, mas, perpassavam “silenciosamente” o cotidiano de uma cidade de características ainda provincianas. Tais medidas refletiam-se nos hábitos, vestuário, aparência, mas acima de tudo na cautela de manter-se no recôndito do lar após o encerramento do expediente comercial para fugir das comparações com aqueles indivíduos de “hábitos noturnos”.

Dada a característica dos sobrados de servirem de moradia e comércio, era freqüente que o horário de expediente das lojas atingissem as vinte e duas horas. Mas isso não implicava um possível encontro entre as famílias e as prostitutas. As profissionais do sexo, procurando evitar discórdias e conflitos com a polícia, expunham-se para o trabalho somente nesse horário. Obedecia-se, então, a uma espécie de arranjo construído para o convívio “amistoso”, criando-se uma situação fictícia. O critério de horários mascarava uma realidade social, pois a atividade era tolerada desde que não houvesse o contato físico ou visual com as trabalhadoras. Elas compartilhavam o mesmo território, sob regras cuidadosas de comportamento, precavendo-se para que as linhas demarcatórias não fossem ultrapassadas, o que lembra Pierre Bourdieu quando diz que as “elites estariam fadadas à extinção quando deixassem de acreditar em si mesmas, quando perdessem sua moral e seu moral, dispondo-se a cruzar a linha no mau sentido”¹⁴.

Estabeleceu-se uma espécie de “pacto” para a manutenção da tranquilidade e o desvio das hostilidades que pudessem ameaçar o sossego da sociedade¹⁵. As mulheres exibiam-se sem maiores cautelas, principalmente após o fechamento das lojas, para evitar confrontos. Contudo, estavam sujeitas às apreensões policiais. Então, essa “realidade” não tem nada de natural, mas constitui-se como produto de imposições, pois os limites invisíveis construídos para encerrar determinadas categorias que destoam das propostas de interação social de uma determinada sociedade não são prescritos incondicionalmente, mas numa dada “realidade social” fundada em

determinações culturais, sociais e políticas, identificando determinadas regiões, lugares ou grupos¹⁶.

No interior desse processo, signos são atribuídos de forma a causar a diferenciação entre as “mulheres direitas” e as “mulheres da vida”, já que não existia uma definição geográfica entre a “territorialidade do prazer” e a da considerada “respeitabilidade”¹⁷. Dos signos usados para identificação, além daqueles utilizados exteriormente, como vestuário e ornamentos que assinalam o estrato social original, outros são interiorizados. Incorporam-se e se manifestam no jeito de falar, nos trejeitos, nas posturas, nos comportamentos, enfim, em práticas destinadas a diferenciar e ilustrar a posição social de quem os carrega¹⁸. O próprio corpo constitui um canal de identificação. As fronteiras simbólicas que ordenam o espaço social também se inscrevem no corpo, como “território individual” que carrega seus sinais de classificação, como cor, raça, gênero e profissão¹⁹. Nesse sentido, na expectativa de construir e marcar as diferenças, algumas “prescrições veladas” incorporavam-se ao cotidiano dos moradores, trabalhadores e frequentadores da Rua Conselheiro Mafra, e o acatamento às determinações de horários e limites de circulação constituiu alguns desses signos.

De acordo com as narrativas dos entrevistados, a rua que esteve ligada às coisas populares e à atividade de comércio sexual somente obteve a inserção dos hotéis e pensões no seu cotidiano de características “concupiscentes” e “insalubres” com “maior avidez” a partir dos anos 70, momento de um intenso processo de remodelação e expansão da cidade de Florianópolis. O empreendimento era pautado num discurso modernizador alicerçado sobre uma política econômica de expansão do Estado, gerida pelos planos de desenvolvimento formulados pelo governo. O pano de fundo do discurso por modernização tinha como estampa sobressalente a estagnação econômica que assolava a capital e o isolamento em relação ao restante do Estado e do país. A urgência de atingir o mesmo patamar de outros estados brasileiros, sob os auspícios de crescimento firmado na crescente industrialização, que era fruto de uma política de cunho desenvolvimentista, leva políticos a elaborar planos de projeção do Estado e encontrar entre o empresariado local apoio para essa política expansionista²⁰.

Desse modo, a década de 70 pode ser vista como um momento histórico em que se viveu na “fronteira do que éramos e do que somos”, no limite de uma cidade de aspectos provincianos que tenta se desenhar metropolitana. Com isso, infligem-se profundas modificações na configuração urbana de Florianópolis, por meio de demolições de antigas construções, para viabilizar a adequação espacial da cidade a um momento de intenso crescimento econômico. O aumento populacional, a expansão da malha urbana e a crescente valorização dos terrenos na área central propiciaram grandes investimentos imobiliários e, como consequência, uma drástica transformação do cenário urbano. Tais alterações influenciaram a rotina dos habitantes do centro urbano, inclusive aqueles da Rua Conselheiro Mafra, que buscaram áreas mais reservadas para residir, deixando seus imóveis alugados ou vendidos normalmente para fins comerciais. Muitos desses imóveis foram transformados em pensões e hotéis para atender à demanda de estudantes e moradores interioranos atraídos para a capital do estado²¹.

[...] após a integração de Florianópolis ao interior do Estado, a capital tornou-se conhecida, atraindo muita gente. [...] O crescimento da cidade é inevitável. [...] A tendência inevitável é a modernização. E o homem moderno exige isto, bem-estar²².

Neste ínterim, a Rua é chamada de “caleidoscópio vivencial” pelo jornalista do Jornal O Estado, em meados de 70, “numa combinação de gente e coisas formando um núcleo que transige constantemente na vocação de enriquecer”²³. Numa fusão de elementos díspares, a Rua tem as demarcações “silenciosas” de outra, desbotadas por novos valores fundados numa realidade firmada sobre outras bases sociais, culturais e econômicas que se instalam na cidade, dividindo-a em faixas, estremando-a em áreas de maior ou menor respeitabilidade, conforme a opinião do cronista:

Ela que começa entre ofícios e comercial, com repartições, lojas e bancos na primeira e segunda quadra, torna-se folclórica e essencialmente de comércio da terceira à quinta, reunindo os ‘hotéis de pouco preço’ às feiras hippies, da calçada guarnecida de exposições em couro e cores.

Nas sexta e sétima quadras alinham-se, entre algumas lojas do comércio da rua, as pensões baratas de estudantes e operários. A zona residencial, mais tranqüila e respeitável, guarda-se para a oitava quadra e vai daí até o fim da rua²⁴.

O autor da matéria qualifica pejorativamente as pensões e hotéis da Conselheiro Mafra como lugares da “marginália”, que se concentrava nas quadras formadas a partir do cruzamento com a Rua Sete de Setembro até o encontro com a Rua Padre Roma, um espaço de contravenções encravado no centro urbano que punha sob ameaça a ordem local. No entanto, esses estabelecimentos faziam parte do mercado e do “folclore” da Conselheiro Mafra e “enfileiravam-se, parados no tempo, escondendo, muitas vezes, atrás de paredes fortificadas, a impropriedade de um serviço quando muito sofrível”²⁵. Descritos por proprietários e freqüentadores como espaços singelos que atendiam a um público de poucas posses, as precárias condições desses estabelecimentos foram censuradas em 1975, transcritas como “refúgio e desgosto dos estudantes” que os procuravam em tom de improvisação, “considerando o desconforto das acomodações”²⁶. Entretanto, argumenta um comerciante, “constituía-se aquilo que os recursos financeiros podiam custear” e “pelo preço é o que se podia oferecer”²⁷.

As pensões da Mafra funcionam mais como quebra-galho do que moradia decente, em termos de conforto, ou pelo menos de habitabilidade. De algumas não se pode dizer que tenham mesmo sanitários, quanto mais se falar em banho quente. Outras são tão completamente precárias que, se houvesse fiscalização, estariam interditas²⁸.

A severidade na fiscalização era consequência das reivindicações dos moradores ao poder público, que registrava inclusive os pedidos de interdição e encerramento das atividades nas pensões. O trecho considerado mais escuso era evitado por parcelas da população. Algumas pessoas hesitavam transitar por ele, principalmente em horários avançados, por temerem ser confundidas com as mulheres que circulavam nas calçadas e postavam-se defronte dos estabelecimentos à espreita dos clientes, ou até mesmo com os

freqüentadores dos bares e pensões²⁹. Contudo, apesar das freqüentes investidas policiais, as pensões mantiveram-se ativas, o que propiciou o descontentamento e a mudança de muitos moradores, que não concebiam compartilhar esse espaço público com as consideradas representantes do “submundo”³⁰, aquelas que decoravam as paredes e janelas com as roupas íntimas expostas para secagem, ofuscando a beleza dos “belos monumentos da antiga arquitetura”³¹. Dessa maneira, o deslocamento dos habitantes converte-se em um dos motivos da maior notoriedade dos “escondelijos”, ou melhor, as pensões que abrigavam os amores furtivos³².

Outro aspecto que favorece esta situação – uma prostituição mais manifesta – está relacionada à desativação da “Vila Palmira” em 1978. A criação desse espaço, em 1962, foi o meio encontrado pela administração pública para resguardar a moral e os bons valores de uma sociedade, isolando o grupo das prostitutas, “consensualmente diagnosticadas como portadoras de males que ameaçavam a saúde física” da população³³. As determinações tomadas pelo Secretário de Segurança Pública, Sr. Jader Magalhães, na época da criação da Vila Palmira proibiu a instalação de casas de prostituição no centro urbano da cidade, e os estabelecimentos que ousassem contrariar as disposições seriam austeramente punidos. Por isso, os meretrícios localizados em locais públicos do centro, do Estreito e de outros lugares de Florianópolis, foram transferidos para a Vila Palmira, que se situava distante da cidade, num espaço ainda desabitado naquele momento, e que passou a funcionar sob rigorosa fiscalização e controle médico³⁴. Com a desativação, o lugar passou a residir apenas nas recordações dos homens e mulheres da cidade. Segundo as narrativas, com o fechamento definitivo dos meretrícios da Vila Palmira, houve uma espécie de migração das trabalhadoras para o centro da cidade, inclusive para a Rua Conselheiro Mafra, acentuando, segundo o Sr. Gedeão, o estereótipo pernicioso da antiga rua de cais³⁵.

Moradores habituados ao rebuliço da Rua Conselheiro Mafra alegam que muitas das mulheres que trabalhavam na Vila Palmira passaram a residir no Hotel Estevão, na esquina com a Rua Pedro Ivo, ameaçando o panorama afetivo com a difusão dos flertes fugidios. Consta que o hotel tornou-se uma espécie de lugar de

concentração das trabalhadoras por suas amplas dimensões, divididas num grande número de quartos com preços acessíveis³⁶. Jacob Penteado, citado por Margareth Rago, recorda que as meretrizes posicionadas nas portas e janelas das casas, localizadas nas ruas de “baixo meretrício” da cidade de São Paulo do início do século XX; portavam flores nos cabelos, usadas como símbolo para exprimir sua condição de “mulher da vida”, além de “usarem galhos de arruda nas coxas para afastar mau-olhado e doenças venéreas”³⁷. Tais crendices não foram detectadas no cotidiano das profissionais da Conselheiro Mafra. Contudo, como nenhum espaço se determina debruçado sobre a neutralidade, mas se constitui sobre relações conflituosas³⁸, elas também possuíam meios de atrair freguesia. Alguns dos hábitos embaraçavam os habitantes das proximidades, que se sentiam “moralmente” agredidos com a maneira encontrada para seduzir a clientela, como o desfile em “trajes sumários” nas calçadas do hotel. “Elas penduravam calcinhas nas janelas e andavam de camisola na frente de casa, andavam em trajes sumários, propiciando a entrada de homens durante todo o dia, numa grande atividade”³⁹.

Todavia, a situação muda. O incêndio do referido hotel deixou-o completamente inabitável, ofereceu maior exposição das trabalhadoras no espaço da rua. O acontecimento colaborou para que elas se acomodassem *mais* às ruas praticando o *trottoir*, como advertiu o Sr. Francisco. Ele considera o fato um intensificador, mas não um ato inaugural da conduta no local, já que “a rua sempre foi o lugar de ‘trottoir’ desde a mais tenra idade, e nunca houve interrupção, mesmo com as fortes pressões do governo na década de 1960, quando da criação da Vila Palmira”⁴⁰. Essa colocação denota uma “resistência” por parte das profissionais e dos proprietários das pensões em manter-se em atividade mesmo sob rígida vigilância. Michel De Certeau⁴¹ lembra que há várias formas de “desfazer o jogo do outro”, ou seja, que a instituição de um espaço por outros caracteriza atividade sutil, tenaz, resistente de grupos que, por não terem espaço próprio, devem manobrar-se dentro de uma rede de forças e representações estabelecidas.

Nesse jogo, segundo Certeau, existe uma arte, um prazer em alterar as regras do espaço opressor. Assim, empregando a teoria

do autor, poderia alegar-se que as práticas de “sedução” nesse espaço urbano aos poucos transpõem horários e ambientes “autorizados” e passam da clausura de quatro paredes para uma maior exposição pública. No entanto, segundo o Sr. Francisco, o fato de o comércio sexual manter-se durante tanto tempo nas imediações do porto, e depois com mais intensidade nos bares e pensões da rua, resistindo às tentativas de saneamento das autoridades locais, passou a constituir-se “folclore” da cidade e que, na sua opinião, “deveria ser mantido”. A Rua diante da “metamorfose urbana” de Florianópolis é um dos poucos espaços da cidade que ainda mantém, segundo o Sr. Francisco, “aspectos do seu tempo de criança”, ele revela quase em tom de devaneio que seus “bons tempos foram na Rua Conselheiro Mafra”⁴².

Portanto, mediante os acontecimentos descritos que alteram o desenho urbano e a paisagem da Conselheiro Mafra, ocorre uma maior “interação” das trabalhadoras com a população da rua e conseqüentemente o resvalar de algumas divisas subjetivas. Cria-se outras táticas de atuação e diferenciação. Os moradores, nesse momento, “esquivam-se” dos trechos considerados perniciosos. Retomando João do Rio, existem “trechos em que se passa como se fosse empurrado, perseguido, corrido – são as ruas em que os passos reboam, repercutem, parecem crescer, clamam, ecoam, e, em breve, são outros tantos passos ao nosso encalço”⁴³. Os passos da perseguição, nas palavras do autor, são transpostos para este caso, como a materialização dos olhares furtivos por trás das cortinas, guiados por valores sociais e culturais. O “fantasma da prostituição”, que instituiu as fronteiras simbólicas que não deveriam ser ultrapassadas pelas moças respeitáveis é o mesmo que estabelece um espaço geográfico destinado à evasão sexual e aos encontros amorosos, num “pacto moralista”⁴⁴.

A rua não era percorrida pelas famílias à noite. Porque durante o dia havia o comércio normal, mas a noite era só para homens e prostitutas. Era difamatório, depreciativo para uma mulher que passasse ali. Era somente permitido na área do terminal de ônibus, descendo a Trajano, ali no largo da Alfândega⁴⁵.

Diante das reservas quanto à atuação dessas trabalhadoras nas proximidades, o meio usado então pelos moradores que necessitassem deslocar-se pela rua em horários mais avançados constituía-se em uma “fuga” pela Rua Felipe Schmidt, que se alinha paralelamente à Conselheiro Mafra e era a mais freqüentada pela elite da cidade. Até a primeira interdição da Ponte Hercílio Luz, em 1982, as duas ruas possibilitavam o escoamento do tráfego para o interior da cidade⁴⁶. Para dirigir-se então às casas localizadas nas últimas quadras da rua, oferecia-se a possibilidade de seguir pela Felipe Schmidt e descer em uma das vias que cruzam a Conselheiro Mafra o mais próximo possível do local almejado. A maior parte das residências concentrava-se para além do cruzamento com a Rua Bento Gonçalves. Por isso, as pessoas que habitavam aquelas plagas preferiam deslocar-se pela rua paralela que percorrer a Conselheiro Mafra. “O alto da Mafra abriga o seu expressivo núcleo de moradores. A partir da Bento Gonçalves instala-se uma zona residencial por excelência, pacata e prendada como bairro de boa índole”⁴⁷.

Curiosamente, a Rua Bento Gonçalves, mencionada acima, era conhecida em décadas anteriores como “Beco do Segredo” e esquivou-se, como os moradores temerosos, da “fatalidade” de manter-se infamada. O tal beco de nome curioso é citado por velhos moradores do Bairro da Figueira – antigo bairro localizado nas últimas quadras da Rua Conselheiro Mafra – e que lá residiram até a década de 40⁴⁸. O lugar é lembrado como reduto das socialidades rejeitadas por acolher famílias de mulheres separadas de seus maridos em suas pequenas casas de pouco preço. Essas mulheres e essas famílias passam a carregar uma mancha, e assim assinaladas, são evitadas pela sociedade local. Contudo, em 1975 o Beco foi inscrito sob outra definição social e considerado pelo jornalista Saint-Clair Monteiro parte de um núcleo de moradores de “boa índole”. Os condicionantes que anteriormente a tornaram “Beco do Segredo”, diluíram-se, e em meados da década de 70 o Beco passou a compor a “linha” de separação entre o lado respeitável e o não respeitável da Rua Conselheiro Mafra; uma espécie de “fronteira”.

Diz José de Souza Martins⁴⁹ que a fronteira é o lugar dos encontros e desencontros, causados pela inevitabilidade do conflito

social, característica imprecindível para a existência de limites e para a relação de espaço. É o lugar de encontro dos que “por diferentes razões são diferentes entre si” e do desencontro, como lugar de descoberta do outro que diverge em suas concepções de vida. Se a fronteira, conforme Martins, “é o limite de um território que se redefine continuamente”, e a Rua Conselheiro Mafra era um lugar por excelência envolto por limites, as pessoas com conceitos discordantes de realidades sociais díspares dividiam esse espaço numa contínua sensação limítrofe. No caso da Rua Conselheiro Mafra, as pessoas compartilhavam o mesmo território sob regras cuidadosas de comportamento, precavendo-se para que a linhas demarcatórias não fossem ultrapassadas. Nessa relação de conflitos, de imposição e diferenciação de bens culturais é que se situavam moradores, trabalhadores e frequentadores.

Ainda assim, conforme a relação existente entre as pessoas e os lugares, suas perspectivas variam significativamente. Dessa forma, de acordo com uma moradora da Praça XV, a Rua Conselheiro Mafra está especial e diferentemente registrada em sua memória. Conservava o hábito de visitar seu pai, funcionário de um estabelecimento comercial situado na rua, e também sua avó, moradora de um sobrado na esquina com a Rua Álvaro de Carvalho. O apego ao lugar se preserva pelo hábito de “flanar” pela rua para apreciar as exposições de arte que se realizam na Alfândega e, como ela mesma diz, “exercitar o seu olhar” sobre as transformações que tocaram a cidade nos últimos anos⁵⁰.

Esse é um hábito recente da narradora, pois em tempos pretéritos, conforme sua narrativa, a rua não era um lugar “de circulação para as mocinhas da cidade, e a Rua Felipe Schmidt era a recomendada”. Apesar de a avó residir no logradouro, ela tinha uma “recomendação velada de seus pais” para evitá-lo em determinados horários, pois segundo eles, “havia trechos respeitáveis e outros não”⁵¹. Dessa perspectiva, a primeira quadra que comportava lojas de renome na cidade, frequentadas pela classe média, gozava de um certo prestígio e está mais presentes em suas recordações. No entanto, a região acima da Rua Sete de Setembro convertia-se num local ameaçador, por isso, coibido à sua circulação. Contudo, ou-

tros personagens da cidade, além das prostitutas, lhe chamavam mais a atenção naquele momento, como as rendeiras que costumavam abrigar-se nas escadarias do Hotel Laporta, que se situava na primeira quadra da Rua Conselheiro Mafra:

O hotel tinha uma espécie de degrau onde se sentavam as rendeiras para expor e oferecer suas rendas. Eu lembro bem das rendeiras porque quando minha mãe ou avó queriam dar um presente pensavam logo nas rendas. Eram rendas de bilro e crivo as vendidas ali, sendo que as de crivo eram das rendeiras de São José⁵².

O requintado hotel inaugurado em 1932, além de bela estrutura, possuiu o primeiro elevador da cidade. Na década de 60 o prédio passou à Caixa Econômica Federal e sofreu transformações, ganhando, inclusive, um novo pavimento. Em agosto de 1990 o edifício foi implodido e o terreno manteve-se desocupado por muitos anos⁵³. O Laporta figura na memória de antigos moradores como símbolo de distinção, já que hospedava personalidades ilustres que podiam valer-se da oportunidade para apreciar o artesanato das rendeiras da ilha, que expunham suas confecções na escadaria do hotel, fato corroborado por Saint-Clair Monteiro: “Ainda hoje rendeiras fazem ponto no início da Rua Conselheiro Mafra, mostrando suas rendas e a herança quase dramática de um passado tecido na luta”⁵⁴.

Mas as calçadas da Rua Conselheiro Mafra e do requintado Hotel Laporta não acolhiam somente as rendeiras. A lastimosa realidade de alguns personagens da cidade, relacionada a desequilíbrios psicológicos e pobreza, lhes desobrigou de agir conforme as normas de conduta estabelecidas pela sociedade. Talvez esse foi o lado compensador do infortúnio, e a mesma calçada que costumava abrigar as rendeiras também concedia espaço para agasalhar uma dessas “loucas da cidade”, carinhosamente reconhecida por todos como “Pandorga”, uma mulher que se vestia com andrajos muito coloridos, que despertavam a atenção da população⁵⁵. Essa personagem do enredo urbano costumava percorrer a Rua Conselheiro Mafra em busca de donativos, como muitas outras personagens que são capturadas apenas na memória dos mais antigos, como

uma prostituta chamada “Maria Bonita”, que também percorria o centro da cidade causando o rubor dos mais pudicos.

De acordo com o policial reformado Chanes, a “mulher era realmente muito bonita”, mas se cobria apenas com um paletó doado, sem usar roupas por baixo. Seu lar era a rua, dividindo suas noites entre o albergue noturno e o relento. Não se tratava de uma pessoa violenta, por isso as tentativas de mantê-la sob cárcere foram ineficazes, inclusive no sentido de fazê-la se vestir apropriadamente. Assim, a “Maria Bonita” circulava pelas ruas da cidade expondo sua beleza e loucura⁵⁶. Para essas pessoas, preservadas apenas na memória ligada à cidade e à rua, as *fronteiras* que conheciam eram aquelas marcadas pela necessidade do corpo, depósito precioso de muitas memórias, principalmente às ligadas ao sofrimento, como a fome. Nesse sentido, a expectativa de um donativo levava-as a percorrer o centro urbano, bem como toda a Conselheiro Mafra, sem perceber os *limites* que parcelas da sociedade a *decompunham* em nome de valores morais.

Mas essa divisão estanque da rua, apontada antes pelo jornalista⁵⁷, não é mais concebível atualmente. A transfiguração dos costumes e da “sensibilidade” incutindo uma nova dinâmica cultural é típica de cidades grandes que re-organizam o espaço urbano numa dinâmica constante. Com isso, ocorreu nos últimos tempos em Florianópolis, a partir da década de 70, uma alteração da própria prática de comércio sexual tanto no local como na cidade. O contexto social possibilitou uma mudança dos horários da atividade das profissionais do sexo da Rua Conselheiro Mafra e dificultou a identificação imediata das mulheres que se dispõem ao trabalho. Os olhares mais atentos e acostumados ao burburinho da rua captam ainda as personagens entre um assédio ou outro, mas elas ofusaram-se dentro do conturbado meio urbano. Além do que, a profissionalização e a expansão da cidade transformaram o mercado da prostituição num trabalho disputado, e a rua deixou de ser o espaço de sobrevivência por excelência da mulher prostituta.

Dessa maneira, ocorreu a dissolução de alguns limites conhecidos de uma rua, revelando que todas as fronteiras se deslocam, resignificam-se, mantendo-se em permanente construção. E aque-

las fronteiras que margeavam a Rua Conselheiro Mafra na década de 70 também oscilaram à medida que alterações socioculturais alteraram as representações que pairam no imaginário social. Novas práticas se estabeleceram construindo uma nova “realidade”, o que funda suas novas trincheiras e define novos lugares.

Notas

1. O texto é fragmento da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFSC sob o título “Um lugar de memória: Rua Conselheiro Mafra no século XX”, que contou com financiamento do CNPq.
2. FONSECA, Cláudia. A dupla carreira da mulher prostituta. *Revista Estudos Feministas*, n.1, 1996.
3. BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das letras, 1994, p. 411.
4. SAMUEL, Raphael. História local e história oral. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n.19, p. 230.
5. Bosi, 1994, p. 411.
6. Ibidem, p. 411.
7. RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
8. BRUCKNER, Pascal & FINKIELKRAUT, Alain. **A nova desordem amorosa**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
9. MONTEIRO, Saint-Clair. Conselheiro Mafra: uma velha rua em busca de seu destino. *Jornal O Estado*, 4 jul. 1975.
10. CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro**. Notícia I. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 1971, p.132.
11. Segundo o Catálogo de Denominações Oficiais e/ou Consagradas de Vias e Logradouros Públicos do Município de Florianópolis. Câmara Municipal de 1985. A rua recebeu a atual denominação através da Lei nº 295 de 05/01/1910.
12. RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. Rio de Janeiro: Edição das Organizações Simões, 1951, p. 19.
13. As obras de aterramento da Baía Sul serviram para a efetivação da nova ligação Ilha-Continente através na Ponte Colombo Machado Salles, inaugurada em março de 1975, e para a abertura de novas vias para escoamento do trânsito.
14. BOUDIEU, Pierre. **Economia das trocas lingüísticas**. O que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1998, p. 102.
15. Entrevista concedida em abril de 1999 por João Salum. O comerciante trabalha na rua há 46 anos e faz parte de uma das primeiras famílias de libaneses que se estabeleceram na Rua Conselheiro Mafra, ainda da década de 30.
16. Boudieu, 1998, p. 108.
17. Rago, 1991, p. 82.
18. Boudieu, 1998, p. 103.
19. FLORES, Maria Bernadete Ramos. Fronteiras deslizantes: lugar de cultura, raça, gênero e indivíduo. In: **Painel: fronteiras e populações**. Programa de Pós-Graduação de História Social. Universidade de Maringá, 2000, p. 44.

20. O Projeto de Desenvolvimento Catarinense era fundamentado nas metas do Governo Federal, através do Presidente Emílio Garrastazu Médici, para o quadriênio de 1971-1975. A situação política desse momento histórico, baseado no regime militar, mantinha a ausência de discussões sobre as prioridades sociais, e a supressão da crítica e envolvimento democrático da sociedade civil. O período autoritário (1964-1985) criou condições para que se concebesse em todo o país a prática das grandes “obras modernizantes”. Sobre o assunto ver: SALLES, Colombo Machado. Mensagem à Assembleia Legislativa – Projeto Catarinense de Desenvolvimento. 1971. (Fonte: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina). OLEIAS, Valmir José. **O lazer no Aterro da Baía Sul em Florianópolis: o abandono de um projeto.** 1994, (Dissertação de Mestrado em Sociologia Política – UFSC). 1994; MICHELS, Ido Luiz. **Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento: do planejamento econômico, 1956, aos precatórios, 1997.** Campo Grande: Ed. UFMS, 1998.
21. Entrevista concedida em 12/04/1999 com o Sr. Otávio Manoel dos Santos, 83 anos, morador atual.
22. Caldas Filho, Raul. Dá pra salvar a velha cidade? **Jornal O Estado.** 8 de maio de 1975.
23. Monteiro, 1975, p. 6.
24. Ibidem, p.6.
25. Ibidem, p.6.
26. Ibidem, p.7.
27. Ibidem, p.6.
28. Ibidem, p.7.
29. Entrevista concedida em março de 2001 por Iraci Moura, 77 anos, moradora há 50 anos da Rua.
30. Rago, 1991, p. 84.
31. Monteiro, 1975, p. 7.
32. Sr. Otávio Manoel dos Santos, Sr. João Salum, Sra. Iraci Moura.
33. Ferrari, Maryana Cunha. **Vila dos prazeres (prostituição e imaginário masculino em Florianópolis nas décadas de 60 e 70).** Trabalho de Conclusão de Curso–FAED/ UDESC, Florianópolis, 1999, p. 6.
34. Ibidem, p. 13.
35. Entrevista concedida em abril de 1999 por Gedeão Mansur, 83 anos, antigo morador e comerciante.
36. O prédio do Hotel Estevão foi completamente reformado após um incêndio, e atualmente no local funciona o Castelo Bingo.
37. Rago, 1991, p. 83.
38. Certeau, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 86.
39. Entrevista concedida em abril de 1999 por Zenaide Mansur, antiga moradora da rua.
40. Entrevista concedida em setembro de 2000 por Francisco Amante, 66 anos. A palavra “trottoir”, utilizada pelo depoente, é de origem francesa e significa “passar” pela calçada.
41. Certeau, 1984, p. 86.
42. Sr. Francisco Amante em entrevista citada.
43. Rio, 1951, p. 18.
44. Rago, 1991, p. 41.
45. Sr. Francisco Amante em entrevista citada.
46. Desde a inauguração da Ponte Hercílio Luz, em 1926, as Ruas Felipe Schmidt e Conselheiro Mafra eram as portas de entrada e saída da cidade, até a conclusão da Av. Rio Branco, aberta em 1900 sem nenhum planejamento, mas que foi devidamente

adaptada a desenvolver a função de escoamento do tráfego, sendo concluída apenas em 1930. A Ponte Colombo Machado Salles foi inaugurada em 9/03/1975 e até 1982, quando da primeira interdição da Ponte Hercílio Luz, o tráfego fluía através das duas pontes. Em 15/03/1988 a ponte Hercílio Luz foi reaberta apenas para tráfego leve, como pedestres, bicicletas, motocicletas, entre outros, até sua interrupção definitiva a partir de 4/7/1991, após vistoria e parecer técnico alegando falta de segurança. Foi tombada pelo Decreto Municipal nº 637 de 4/8/1992.

47. Monteiro, 1975, p. 7.

48. Entrevista concedida em março de 2001 por Leonor Lisboa Verges, 79 anos, antiga moradora da rua.

49. MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. Editora Hucitec: São Paulo, 1997, p. 150.

50. Entrevista concedida em abril de 1999, por Maria Teresa Santos Cunha, antiga moradora da Praça XV de Novembro.

51. Idem.

52. Idem.

53. SILVA, Adolfo Nicolich da. **Ruas de Florianópolis**: resenha histórica. Florianópolis: Fundação Flanklin Cascaes, 1999.

54. Monteiro, 1975, p. 6.

55. Ibidem, p. 6.

56. Entrevista concedida em abril de 2001 por Delmiro Chanes, 78 anos, policial reformado.

57. Monteiro, 1975, p. 6.